

## **Comunicação Pública e Direitos Humanos: revisitando boas práticas de formação para a cidadania<sup>1</sup>**

Ana Luisa Zaniboni GOMES<sup>2</sup>  
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

### **Resumo**

Este artigo revisita projetos ambientados na área da Comunicação e dos Direitos Humanos que investem em práticas educativas de formação para a cidadania. Refere-se a uma campanha de fortalecimento das Ouvidorias de Polícia para comunicadores como uma das formas de combate à corrupção e violência policial e discorre sobre material didático dirigido a comunicadores comunitários sobre cidadania no cotidiano para disseminar atitudes de não-violência. Apresenta ainda as Rodas de Conversa com vencedores de dois prêmios jornalísticos de caráter nacional, das quais também participam estudantes, professores e estudiosos do Jornalismo, como exemplo de celeiro promotor de trocas de experiências a partir de relatos sobre métodos adotados na construção das reportagens premiadas.

**Palavras-chave:** comunicação pública; direitos humanos; cidadania; práticas educativas; formação.

### **Introdução**

A proposta deste artigo é refletir sobre os resultados de três experiências de formação que venho vivenciando profissionalmente ao longo desta década e cujo desafio comum foi investir em práticas educativas não-formais na área da Comunicação Pública e dos Direitos Humanos.

Refiro-me, especificamente, a um trabalho de colaboração com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, realizado em 2006/2007, voltado a fortalecer o papel das Ouvidorias de Polícia como uma das formas de combater a corrupção e a violência policial - prioridade do então recém-lançado Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Fui a coordenadora dessa campanha, em

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Formada em Comunicação Social pela PUCSP, é jornalista profissional e diretora da OBORÉ. Especialista em Gestão da Comunicação e Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, sua atuação está focada nas interfaces sociais da Comunicação, especialmente no diálogo com as políticas públicas como Educação, Cultura, Saúde e Direitos Humanos. Contato: [analisagomes@obore.com](mailto:analisagomes@obore.com); [analisagomes@usp.br](mailto:analisagomes@usp.br)

âmbito nacional, pela OBORÉ<sup>3</sup> – entidade da qual sou uma das diretoras desde 1995. A campanha foi nomeada de “Conte para a Ouvidoria, nós contamos com você”.

Trato também de uma ação comunicacional e educativa denominada “Direitos Humanos na Mídia Comunitária: a cidadania vivida no nosso dia a dia”, um trabalho promovido em 2009 pela Representação da UNESCO no Brasil e dirigido aos meios de comunicação alternativos, comunitários, educativos e culturais. O material – cartilha e série de spots de rádio – também foi desenvolvido pela OBORÉ com o objetivo de apresentar à sociedade, através dos comunicadores populares, noções básicas de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Seu pressuposto foi o reconhecimento desses direitos como o primeiro passo para a promoção da ética, do respeito e de atitudes de não-violência.

Destaco ainda as Rodas de Conversa promovidas no âmbito de dois prêmios de jornalismo, de caráter nacional, que reúnem estudantes, professores e profissionais premiados para confraternização, troca de experiências e socialização do conhecimento sobre métodos e procedimentos aplicados na construção de algumas das reportagens reconhecidas como das mais importantes da imprensa brasileira na área dos Direitos Humanos. Falo do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, voltado a jornalistas profissionais, e do Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão, destinado a estudantes de jornalismo, dos quais sou a curadora desde 2012<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Com sede na capital de São Paulo, a OBORÉ é uma empresa de comunicação criada em 1978 por então estudantes, jornalistas e artistas que atuavam militantemente na imprensa universitária e alternativa assessorando os movimentos sociais e sindical de trabalhadores na montagem de suas estruturas de comunicação, em plena ditadura militar. Nos anos 1990, através de seu recém-criado Núcleo de Rádio, passa a aplicar o conceito de rádio cidadã a toda emissora disposta a abrir parte de sua programação à causa pública, independente de seu tamanho ou expressão. Propõe-se também a desvendar, acompanhar e influir na política de radiodifusão comunitária que ora se instalava no Brasil e a atuar com comunicadores comunitários através de cursos temáticos e oficinas de jornalismo, reunindo as entidades representativas das diversas associações candidatas a emissoras de baixa potência e abastecendo-as com produtos radiofônicos centrados na valorização das políticas públicas, especialmente saúde, educação, desenvolvimento local, meio-ambiente, música e direitos. Atualmente, seu foco está em atividades culturais e educativas, como o Projeto Repórter do Futuro - cursos de complementação universitária para estudantes de Jornalismo, e as Sessões Averroes de Cinema e Reflexão, voltadas a discutir as políticas públicas de saúde, em especial o envelhecimento e os cuidados na terminalidade da vida. Ver também [www.obore.com](http://www.obore.com)

<sup>4</sup> A criação de um prêmio de imprensa com o objetivo de estimular jornalistas a tratarem do tema da Anistia e dos Direitos Humanos foi uma das resoluções aprovadas no Congresso Brasileiro de Anistia realizado em Belo Horizonte, em 1978. Foi de Perseu Abramo, à época diretor do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e representante da entidade no Congresso, a ideia de dar o nome de Vladimir Herzog ao concurso que ali surgia. Já em sua primeira edição, em outubro de 1979, o prêmio estimulou a luta pela Democracia: ajudou a chegada da Anistia, em agosto do mesmo ano, e a mobilização pelas eleições diretas para Presidente da República, que só ocorreu em 1989. Deste então, além de reverenciar a memória de Vladimir Herzog, preso pela ditadura civil-militar, torturado e morto em 25 de outubro de 1975 nas dependências do DOICodí, em São Paulo, o prêmio reconhece o trabalho de jornalistas que colaboram na defesa e promoção da Democracia, da Cidadania e dos Direitos Humanos e Sociais. Atualmente, integram a sua Comissão Organizadora onze instituições: Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo; Centro de Informação das Nações Unidas no Brasil; Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de SP; Escola de Comunicações e Artes da USP; Federação Nacional dos Jornalistas; Instituto Vladimir Herzog; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ordem dos Advogados do Brasil - Seção SP; Ouvidoria da Polícia do Estado de SP, Sindicato dos Jornalistas de SP e Sociedade Brasileira dos Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Em 2015, que marca os 40 anos do assassinato do Vlado, o Prêmio comemora sua 37ª edição. Quanto ao Prêmio Jornalista Fernando Pacheco Jordão, é um concurso de pautas criado

A reflexão aqui proposta partirá dessas vivências de comunicadora, sendo que todos esses relatos têm em comum o fato de serem experiências assentadas no campo da Comunicação, terem nos temas ligados aos Direitos Humanos o seu fator motivador e mobilizador, apoiarem-se em atividades educativas e dirigidos à formação não apenas profissional mas cidadã.

Para contextualizar este cenário, passo a delimitar com mais clareza o que entendo por comunicação pública e do que exatamente estamos falando quando a ela ligamos os direitos humanos – áreas distintas do conhecimento cujo ponto de intersecção é a questão da cidadania.

### **Comunicação pública: conceitos e valores em construção**

A Enciclopédia INTERCOM de Comunicação registra, em seu primeiro volume, termos, expressões e referências indispensáveis ao estudo da área. Trata-se do Dicionário Brasileiro do Conhecimento Comunicacional, onde o verbete *Comunicação Pública* é definido por Mariângela Haswani como “um conceito em construção nos meios acadêmico e profissional de todo o mundo e, justamente por isso, não há sobre o assunto teorias consagradas, mas reflexões em curso”. (HASWANI, 2010, p.298). Explica a autora que

até os anos de 1980, era consensual falar de comunicação pública referindo-se exclusivamente àquela originada nos organismos estatais e governamentais e por eles emitida. Com o advento da globalização e da gradativa transformação no papel do Estado, muitas atribuições de interesse coletivo, outrora operadas exclusivamente por quadros oficiais, passaram a ser delegadas – sob concessão ou parceria – às organizações do mercado e do terceiro setor, expandindo o leque de pressupostos capazes de abrigar a ideia de comunicação pública. Os sujeitos que promovem esta modalidade de comunicação são, em primeira instância, os institucionais – o Estado e suas administrações – no sentido de implementar a transparência e a maior eficácia da ação dos poderes públicos e de sensibilizar os cidadãos sobre problemas de particular interesse e significado para o desenvolvimento civil da sociedade. (HASWANI, 2010, p. 298-299)

No entendimento de Mariângela Haswani, “os pontos de vista mais consagrados destacam que a comunicação pública tem como objeto temas de interesse geral e como finalidade contribuir para a realização desse interesse”. (HASWANI, 2010, p. 299). Sendo

---

pelo Instituto Vladimir Herzog, em 2009, com o objetivo de oferecer aos estudantes de jornalismo a oportunidade de desenvolverem um trabalho jornalístico prático e reflexivo desde o projeto de pauta até a realização final de uma reportagem. Tanto o processo quanto o produto são orientados por um professor da instituição de ensino do estudante e acompanhados por um jornalista mentor especialmente designado pela coordenação. Ver <http://www.premiovladimirherzpg.org.br>. e <http://www.jovemjornalista.org.br>

assim, a autora compreende que também são promotores da comunicação pública as entidades do terceiro setor, uma vez que muitas delas atuam em processos de informação e de comunicação com os cidadãos em temas socialmente relevantes e ligados às políticas públicas, e organizações do mercado, desde que contemplados aqueles aspectos.

Para o jornalista e pesquisador Jorge Antonio Menna Duarte, “a comunicação pública ocorre no espaço formado pelos fluxos de informação e de interação entre agentes públicos e atores sociais em temas de interesse público”. (DUARTE, 2011). Refere-se o autor a governos, Estado e sociedade civil – inclusive partidos, empresas, terceiro setor e cada cidadão individualmente. Na prática, segundo o autor,

a comunicação pública trata de compartilhamento, negociações, conflitos e acordos na busca do atendimento de interesses referentes a temas de relevância coletiva [...] e ocupa-se da viabilização do direito social coletivo e individual ao diálogo, à informação e expressão. Assim, fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse coletivo. [...] Por seu compromisso com o interesse público e poder de ação, os governos devem ser os principais indutores da comunicação pública, assumindo o compromisso de promover uma gestão aberta, qualificando canais, meios e recursos que permitam a viabilização da comunicação de interesse público e o envolvimento de todos os interessados. (DUARTE, 2011).

No território do cotidiano, Jorge Duarte propõe quatro eixos centrais para a ação dos agentes e instituições que lidam com a comunicação de interesse público: transparência, acesso, interação e ouvidoria social. Refere-se, sobretudo, ao compromisso de atuar de forma responsável e ética; ao fato de facilitar à sociedade a obtenção da informação, sendo estimulada e orientada a buscar, opinar e fiscalizar; à criação, manutenção e fortalecimento de instrumentos de comunicação que permitam igual direito e oportunidade de falar e ser ouvido e ao atendimento das expectativas da sociedade com ações que permitam conhecer e compreender diversos segmentos que compõem a opinião pública. (DUARTE, 2011).

Como já destacado, diferentes estudiosos e autores, de distintos períodos históricos, têm usado as expressões comunicação pública, jornalismo público, cívico ou cidadão para descrever uma forma alternativa de entender e fazer comunicação, diferente dos modelos do sistema de comunicação convencional. Para Cervi et al (2010), tais concepções têm em comum o fato de possibilitar a difusão de conteúdos mais adequados ao debate público racional, ou seja, fornecer subsídios que ajudam a tomada de decisão por parte do público em detrimento aos conteúdos definidos dentro das estruturas dos meios de comunicação, muitas vezes com viés autoritário e visando atender aos interesses comerciais de determinados segmentos.

De fato, sabemos que há questões estratégicas que precisam ser consideradas na discussão e consolidação de marcos para a comunicação pública em nosso país: além de um debate em construção, a busca de boas práticas pressupõe reconhecer as questões de poder, de ideologia e de caráter contra-hegemônico a que esta reflexão está exposta. Nesse sentido, os processos educativos têm papel essencial.

## **Cidadania**

De acordo com o jurista Dalmo de Abreu Dallari, a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo.

Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (DALLARI, 2008, p.14).

Uma pessoa se torna cidadã ou cidadão quando passa a participar e a transformar a realidade em que vive. No Brasil, demos passos importantes na conquista da cidadania, por exemplo, com a Constituição de 1988, conhecida como *Constituição Cidadã*. Mas ainda temos muito que andar e a conquistar, já que a cidadania não é dada: ela é construída a partir da nossa capacidade de organização, participação e intervenção social.

Renato Cancian (2005), cientista social e especialista em questões de cidadania e direitos humanos, explica que a cidadania moderna está ligada aos direitos e deveres do povo e que em países como o Brasil, o conceito foi se construindo em etapas: depois dos direitos civis, no século XVIII, vieram os direitos políticos, no século XIX, e em seguida os direitos sociais, conquistados no século XX. Então, a cidadania tem a ver com tudo isso.

## **Direitos Humanos**

Ressaltamos que o compromisso assumido com a cidadania é o ponto comum resultante do encontro entre comunicação pública e direitos humanos. Mas, do que tratamos quando invocamos esses direitos?

No conceito estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), “direitos humanos são aqueles inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição”. Neles estão incluídos o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, o direito à defesa, a uma nacionalidade, direito de escolher qual religião

professor, direito de acesso aos serviços públicos de seu país, direito ao repouso e ao lazer, à instrução gratuita, sendo que a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistências especiais.

Desde o surgimento das Nações Unidas, em 1945 – em meio ao forte lembrete sobre a barbárie da Segunda Guerra Mundial –, um de seus objetivos fundamentais tem sido promover e encorajar o respeito aos direitos humanos para todos, conforme estipulado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948 e que definiu um marco internacional na defesa e promoção dos direitos fundamentais da humanidade. Em termos técnicos, a Declaração tem força de tratado internacional visando a que os Estados adotem normas internas e internacionais de proteção aos direitos humanos, tanto no plano global como regional. Constan do documento 30 artigos, todos fundados nos princípios de Justiça, Paz e Liberdade para todos os povos<sup>5</sup>.

### **Direitos Humanos no Brasil**

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) é responsável pela articulação interministerial e intersetorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil. Criada em 1977 dentro do Ministério da Justiça, recebeu status de ministério em 2003 para coordenar e conduzir a política nacional de direitos humanos no país, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), de 2009.<sup>6</sup>

Dentre as principais competências da SDH, destacam-se: assessorar a Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias; à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária; apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, promovidos por órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e por organizações da sociedade; exercer as funções de ouvidoria nacional de direitos humanos, da criança, do adolescente, da pessoa idosa e das minorias; auxiliar na implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua; conduzir o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a

---

<sup>5</sup> Ver <http://www.dudh.org.br/declaracao/>

<sup>6</sup> Ver documento completo em <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3>

Testemunhas Ameaçadas e atuar como autoridade central em temas relativos à restituição internacional de menores, adoção internacional e dos aspectos civis do sequestro internacional de crianças.

O PNDH-3 e as competências da SDH são fontes inspiradoras de pautas: ambas são emanções da Constituição de 1988, que incorporou nos seus artigos toda a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tais diretrizes são filhas diletas do que de melhor a Constituição Cidadã consagrou ao povo brasileiro. Precisam ser conhecidas por todos.

### **Sobre práticas educativas**

A busca e elaboração de instrumentos pedagógicos são recursos importantes na medida em que são facilitadores da prática educativa e comunicativa, sobretudo quando se discute cidadania - tema que requer cariz emancipador para possibilitar a formação de um ser humano que saiba ler textos e contextos, mas que também seja capaz de ler a vida, o mundo e tudo o que acontece nele.

Theodor Adorno, um dos expoentes da Escola de Frankfurt, entende que educar é produzir uma consciência verdadeira - uma exigência política numa democracia, que demanda uma sociedade emancipada, sem tutela, na sua plena maioridade. Para o pensador alemão, uma educação emancipadora não pode deixar de preparar o homem para se orientar no mundo, nem pode produzir apenas “pessoas bem ajustadas”, adaptadas. Entende o autor que, quando a realidade passa a se impor de forma automática, a tarefa das instituições como a família, a escola, a universidade, é fortalecer o espírito crítico das pessoas frente ao conformismo, à adaptação e ao ajustamento. Nesse sentido, “a educação para a experiência é a educação para a emancipação e, como tal, deve ser orientada para a contradição e a resistência”. (ADORNO, 1995, p. 169).

Bolle (1997) aponta a existência de outros espaços que também cumprem a função educativa e que atuam como uma escola paralela – lugares onde o aprendizado é lúdico e se contrapõe à tarefa de aprender como um dever, uma obrigação. São os espaços educativos informais e os não-formais. Segundo Gohn (2006), nos processos educativos não-formais há intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de trocar saberes. Por ser a trajetória que capacita as pessoas para a conquista da cidadania, os resultados esperados desses processos não-formais referem-se a uma formação para a leitura e interpretação do

mundo que os cerca. Enfim, uma formação para a vida e suas adversidades e não apenas uma capacitação técnica para o mercado de trabalho. (GOHN, 2006, p.4).

O caráter amplo e permanente da formação do ser humano foi tema recorrente no pensamento de Paulo Freire. O educador reconhece não apenas o caráter político da educação, mas a unicidade do processo educativo-comunicativo. Para ele, promover educação é fazer comunicação. (FREIRE, 2001). Por considerar o importante papel da educação e dos processos pedagógicos na conquista de uma sociedade mais justa e democrática, Paulo Freire ressalta a necessidade de atuar no desenvolvimento da consciência transformadora. Segundo ele, a educação, como ato de conhecimento e como prática de liberdade é, antes de mais nada, conscientização, e seu valor está na busca de informações que promovam o progresso da sociedade em benefício da vida humana. (FREIRE, 2003).

Por fim, é preciso reconhecer o potencial educativo da mídia. Como aponta Baccaga (2011), os meios de comunicação em geral, assim como a escola e a família, comportam-se como agências de socialização, ou seja, de formação e construção da cidadania. Daí a importância de projetos que acionem diálogos educativos com a sociedade, das mais variadas formas e com todos os meios disponíveis e possíveis.

### **Falando de boas práticas**

Ao adentrar o tema, devo esclarecer que para Flores et al (2008) a expressão boas práticas é derivada do inglês *best practices* e denomina técnicas identificadas como as melhores ou mais indicadas para realizar determinada tarefa. Traduz também uma prática bem sucedida. Para Serna (2007, p.67-86), uma boa prática é a recompilação da análise de experiências com êxito num determinado campo que dispõe de critérios identificáveis e elementos transferíveis para outros contextos. Já para Brown & Webb (2004, p.33-54), trata-se de um processo mediante o qual os participantes aprendem sobre práticas de sucesso de outras organizações e passam a desenvolver soluções que melhor se adaptam às suas próprias entidades. Nesse sentido, há uma correlação entre qualidade e o que funciona bem: a experiência é valorizada pelos que a utilizam e é reconhecida como valiosa por colegas e destinatários indiretos. Em síntese, defendem os autores que uma boa prática é aquela que cumpre o seu dever com bons resultados sendo que, para tanto, depende da qualidade de sua planificação.



Particularmente, considero boas práticas em Comunicação e Direitos Humanos tudo o que dá concretude aos princípios afirmados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Constituição de 1988 e pelo Plano Nacional de Direitos Humanos proposto pelo Governo Federal através da Secretaria de Direitos Humanos.

No caso das experiências selecionadas para abordagem neste artigo, entendo-as como exemplos de boas práticas porque, além de sintonizados com os princípios legais da área, não dependem de nenhum grande investimento, são viabilizadas com recursos já disponíveis no âmbito da realidade brasileira e procuram aproximar instituições, programas e personalidades que têm previamente vários interesses comuns mas por questões de departamentalização, segmentação ou burocracia, não se encontram para exponenciar suas potencialidades e possibilidades.

Mas há também outros fatores que as legitimam como boas práticas, tais como a intelegibilidade, ou seja, experiências que conseguem traduzir a informação de forma compreensível pelas pessoas comuns, e a reaplicabilidade, ou seja, ações que se oferecem como exemplo estimulante, replicáveis ou reaplicáveis por outras instituições.

Isto posto, passamos aos exemplos selecionados.

### **“Conte para a Ouvidoria, nós contamos com você”**

Em 2005, o Governo Federal, com apoio da União Europeia, deu início a uma ação de fortalecimento das Ouvidorias de Polícia – reconhecidamente, um importante instrumento de proteção da cidadania e prioridade do então recente Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) - como uma das formas de combater a corrupção e a violência policial. Criadas para ajudar na redução do uso de métodos violentos no enfrentamento da criminalidade e a reforçar os mecanismos de controle externo das polícias, as Ouvidorias funcionam como interlocutores da sociedade para as denúncias de abuso de autoridade policial.

A OBORÉ participou desse esforço em defesa dos direitos humanos produzindo a campanha radiofônica “Conte para a Ouvidoria, nós contamos com você”. Planejada a pedido da Secretaria Nacional de Direitos Humanos e do Programa Institucional de Apoio a Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário mantido pela União Europeia, esta ação comunicacional articulou peças e produtos como elementos radiofônicos, cartilhas educativas e encontros de sensibilização com comunicadores populares em 17 Estados

brasileiros: Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina. Seu objetivo foi apresentar as Ouvidorias de Polícia à população.

Integraram a campanha radiofônica peças como Cartas Faladas dos Ouvidores e 70 spots informativos com mensagens de estímulo à participação da população, destacando o papel de uma Ouvidoria, situações para denúncias, como acionar o serviço em cada estado e a garantia de sigilo dos denunciadores. Para contemplar as necessidades regionais e diversidade cultural do Brasil, dezenas de músicos, cantores, compositores e técnicos de áudio se envolveram na produção dos spots cantados com versões em ritmos variados, como MPB, Forró, Rap, Sertanejo, Vanerão e Chula. O material radiofônico foi distribuído para 379 emissoras e radialistas de todo o país que, voluntariamente, aderiram à proposta de abrir espaço em suas programações para a divulgação do trabalho e ao esforço de fazer com que o rádio se aproximasse das questões importantes que envolviam o cotidiano da população.<sup>7</sup>

Vale ressaltar que se trata de uma boa prática porque aproximou instituições com propostas semelhantes e exponenciou a capacidade de realização de cada uma. Desenvolveu-se como um trabalho educativo, de formação, que concebeu a informação chegando até a população mediada por comunicadores com credibilidade junto ao seu público. Segundo relatos dos participantes, ao se aproximarem dos conceitos e significados de um serviço como o das Ouvidorias de Polícia, puderam se apropriar de mais conhecimento e passaram a tratar do assunto com competência e novo entusiasmo. Vamos a mais um exemplo.

### **“Direitos Humanos na mídia comunitária: a cidadania vivida no dia a dia”**

A Representação da UNESCO no Brasil lançou, no final de 2009, a cartilha "Direitos Humanos na Mídia Comunitária: a cidadania vivida no nosso dia a dia", com explicações conceituais, dicas de pautas e uma série de dez spots para utilização livre e gratuita que ilustra complementarmente os conteúdos abordados na cartilha. O material foi desenvolvido e produzido pela OBORÉ com o objetivo de apresentar, de forma clara e simples, noções básicas sobre direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais através de informações práticas e sugestões de temas para uso nos meios de comunicação

---

<sup>7</sup> Mais informações: <http://www.obore.com.br/ouvidorias/capa.asp>

alternativos, comunitários, educativos e culturais tais como rádios comunitárias, radioweb, páginas eletrônicas ou ainda em reuniões da comunidade, da escola, igrejas ou sindicatos<sup>8</sup>.

Seu conteúdo foi pensado como ferramenta de comunicação para lideranças e comunicadores responsáveis por divulgar notícias e informações de interesse da comunidade e trata de temas como emissão de certidão de nascimento, carteira de identidade e outros documentos pessoais; como agir durante uma abordagem policial; denúncias de problemas de violência familiar, violência nas escolas e discriminação contra as mulheres, além dos direitos das pessoas com deficiências e dos idosos.

Destaca-se como um exemplo de boas práticas por ter municiado comunicadores e formadores de opinião com conteúdos apropriados e referenciados, ajudou na formação crítica e qualificou o desempenho dos participantes no cotidiano profissional. A experiência foi avaliada de forma positiva pela Unesco pelo fato de os conteúdos revelarem uma série de direitos até então desconhecidos dos comunicadores. Muitos dos participantes do programa ainda se referiram ao material como importante por ter dado o caminho das pedras para se chegar até os diversos canais de defesa desses direitos, grandes aliados da população.

### **As Rodas de Conversa do Prêmio Vladimir Herzog**

Outra experiência passível de relato refere-se à minha experiência junto ao Instituto Vladimir Herzog<sup>9</sup> na condução dos já aqui referidos concursos na área do jornalismo - Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão e Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. Ambos têm em comum, por regulamento, foco nos Direitos Humanos e convite à participação dos premiados em uma atividade de viés educativo para troca de experiências no campo do fazer jornalístico – as chamadas Rodas de Conversa. Trata-se de uma iniciativa pioneira na área dos concursos de jornalismo no Brasil. Surgiu em 2012 com o objetivo principal de colocar à disposição dos estudantes e estudiosos do jornalismo o conhecimento sobre métodos e procedimentos que estão na construção de algumas das reportagens reconhecidas como das mais importantes da imprensa brasileira.

---

<sup>8</sup> Conheça o material acessando: [http://www.obore.com.br/cms-conteudo/59\\_Serie\\_Direitos\\_Humanos\\_na\\_Midia\\_Comunitaria\\_-\\_a\\_cidadania\\_vivida\\_no\\_nosso\\_dia\\_a\\_dia\\_.asp](http://www.obore.com.br/cms-conteudo/59_Serie_Direitos_Humanos_na_Midia_Comunitaria_-_a_cidadania_vivida_no_nosso_dia_a_dia_.asp)

<sup>9</sup> Criado em 2009, baseia sua missão na trajetória do jornalista morto pela ditadura que dominou o Brasil entre 1964 e 1985. Tem sede em São Paulo e realiza atividades em diferentes áreas dos Direitos Humanos, preservando a história recente do país com livros e documentários, realizando ações culturais como concertos, peças de teatro e projetos educacionais na forma de palestras, cursos e prêmios. Ver <http://www.vladimirherzog.org>

Desde a primeira edição, as Rodas são organizadas pelos jornalistas Angelina Nunes (ex-jornal O Globo / Abraji – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), Aldo Quiroga (TV Cultura / Departamento de Jornalismo da PUCSP) e Sergio Gomes (OBORÉ / Instituto Vladimir Herzog), que conduzem os depoimentos e a troca de ideias entre os participantes.

Na avaliação de Angelina Nunes, a falta de outros espaços para se discutir os bastidores de uma reportagem fez com que os jornalistas se abrissem para os microfones como nunca tinham feito em suas redações:

Por estar em campo neutro, o encontro gera uma camaradagem, uma troca de informações entre profissionais de veículos diferentes e cidades diferentes que estão em busca de uma coisa muito simples: falar do seu ofício. Nessa caminhada de falar do seu trabalho, o jornalista acaba dando uma aula sobre produção, como lidar com fontes, ferramentas usadas durante a reportagem, ética profissional, desafios profissionais e pessoais, encontros e desencontros com personagens, responsabilidade, negociação dentro das redações, relações entre colegas. Ou seja, um bastidor que não se vê dentro do próprio espaço de trabalho e nas salas de aula. (NUNES, 2014).

Outra impressão relatada foi a de que esses encontros, de fato, são aulas, uma oportunidade para alunos assistirem profissionais competentes no estado mais despojado, sem armaduras, cuja única bandeira é praticar um bom jornalismo. “Lamento que alguns professores não possam dispensar seus alunos das salas de aula para assistirem ao encontro e aproveitar, na prática, esses profissionais. Imaginem quantas entrevistas, perfis, crônicas seriam escritas por alunos ao final das Rodas!” (NUNES, 2014).

Outro mediador da Roda, Aldo Quiroga, descreve em relatório que “além de promover a troca de experiências e motivações entre os premiados, fomentando novas pautas e coberturas, outro objetivo da Roda é dar a conhecer os meandros da produção, permitindo assim a disseminação de boas práticas e métodos para os jornalistas e aprendizes. [...] Este ano, conseguimos uma nova função para a Roda: aglutinar pessoas e instituições notadamente identificadas com uma comunicação que promova a democracia, a liberdade e a reflexão crítica”. (QUIROGA, 2014). O jornalista refere-se ao fato de que, em 2014, constituiu-se um *pool* inédito de entidades e emissoras para exponenciar o acesso a este verdadeiro material de apoio aos profissionais, pesquisadores e às centenas de cursos de jornalismo espalhados pelo Brasil: Fundação Padre Anchieta, TV PUC / Canal Universitário, TVT – TV dos Trabalhadores, TV Câmara Municipal de São Paulo, TV OAB

– São Paulo, Rádio Brasil Atual, OBORÉ e Instituto Vladimir Herzog. As três edições da Roda de Conversa estão disponíveis integralmente na internet.<sup>10</sup>

Baseados nos depoimentos recolhidos com coordenadores e participantes das três rodadas, os relatórios de avaliação demonstram que as Rodas de Conversa têm prestado um serviço importante para os estudantes, para os profissionais e para os próprios veículos de comunicação onde os profissionais atuam e deixam as marcas de suas produções jornalísticas. As Rodas são exemplos de boas práticas especialmente porque proporcionam momentos importantes de reflexão para todos que lutam por um jornalismo mais decente e de qualidade.

## **Conclusão**

Para finalizar esta reflexão, passo a sintetizar os pontos que a mim me pareceram os mais importantes. Comecei esclarecendo que, para abordar o tema Comunicação Pública e Direitos Humanos, resgataria experiências vivenciadas profissionalmente ao longo dessa última década. Apontei o cenário conceitual a partir do qual essas experiências ocorreram e destaquei o foco educativo das práticas, cujos bastiões são a comunicação pública, aqui entendida como aquela que assume a perspectiva cidadã na abordagem de temas de interesse coletivo; a cidadania, entendida como uma conquista e que designa todos os que passam a participar e a transformar a realidade em que vivem, e, por fim, os Direitos Humanos, inerentes a todos, e que no caso brasileiro, estão claramente expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Constituição de 1988, no Plano Nacional de Direitos Humanos e nas competências da Secretaria de Direitos Humanos.

Como exemplo de boas práticas na área – assim consideradas por serem de fácil apreensão, produzirem resultado imediato, se oferecerem como exemplo estimulante, serem desenvolvidas com meios e recursos disponíveis no âmbito da realidade brasileira e aproximarem instituições, programas e personalidades que têm interesses comuns -

---

<sup>10</sup> Os conteúdos das Rodas de Conversa podem ser acessados nos seguintes endereços:

<https://www.youtube.com/watch?v=URkXpSrTIMg>

<http://vladimirherzog.org/roda-de-conversa-36o-premio-vladimir-herzog/>

<https://www.youtube.com/watch?v=Rn9dMkj07NI>

<https://www.youtube.com/watch?v=gZQMOx2IWL4>

apresentei três experiências de práticas educativas não-formais cujo êxito maior foi possibilitar aos cidadãos comuns o acompanhamento e a compreensão de que a evolução da Democracia no cotidiano depende de meios de comunicação e profissionais com capacidade de reflexão e comprometidos com a causa pública.

Como já nos disse Guimarães Rosa: “Ações? O que eu vi, sempre, é que toda ação principia mesmo é por uma palavra pensada. Palavra pegante, dada ou guardada, que vai rompendo rumo”. E assim tem sido.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BACCEGA, M.A. Comunicação/educação e a construção de nova variável histórica. In CITELLI, A. e COSTA, M.C.C. (orgs.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

BOLLE, W. A idéia de formação na modernidade. In: GHIRALDELLI JUNIOR, P. (org). **Infância, Escola e Modernidade**. São Paulo: Cortêz; Curitiba: Un. Federal do Paraná, 1997.

BRASIL. Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República; União Europeia / Programa Institucional de Apoio a Ouvidorias de Polícia e Policiamento Comunitário; OBORÉ. **Conte para a Ouvidoria, nós contamos com você**. Disponível em: << <http://www.obore.com.br/ouvidorias/capa.asp>>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Disponível em: << <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/programas/pdfs/programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-3> >>. Acesso em 10 jul. 2015.

BROWN, M. & WEBB, R. Benchmarking. Buenas prácticas de formación del profesorado. In: **Enseñar al profesorado cómo utilizar la tecnología: buenas prácticas de instituciones líderes**. Barcelona: Editorial UOC, 2004. pp. 33-54;

CANCIAN, R. **Comissão Justiça e Paz de São Paulo: gênese e atuação política (1972-1985)**. 1. ed. São Carlos: Editora da Universidade Federal de São Carlos: EduFSCar, 2005. v. 1000. 182p .

CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G.; ENGELBRECHT, C.W. **Jornalismo Público como mudança no processo de produção da notícia ou simples apelo comercial**. Revista Estudos em Comunicação n°7, p. 125-156, maio de 2010. Disponível em << <http://www.ec.ubi.pt/ec/07/pdf/cervi-massuchin-engelbrecht-jornalismo.pdf>>>. Acesso em 08 jul. 2015.

DALLARI, D. A. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DUARTE, J. **Comunicação Pública**. Disponível em: << <http://www.jforni.jor.br/forni/files/ComP%C3%BAblicaJDuartevf.pdf>>>. Acesso em 08 jul. 2015.

FLORES, P.; ESCOLA, J. ; PERES, A. **A concepção de boas práticas segundo os professores do 1º Ciclo do Ensino Básico**. Anais do 8º Congresso Lusocom – 2008. Disponível em << <http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09/paper/viewFile/436/434> >>. Acesso em 16 jul. 2015.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 2001, 42ª ed.

\_\_\_\_\_. **Educação e Atualidade Brasileira**. São Paulo: Cortez/IPF, 2003, 3ª ed.

GOHN, M.G.G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação das políticas públicas na Educação**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, 2006.

HASWANI, M.. Comunicação Pública. **Enciclopédia INTERCOM de Comunicação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2010. v. 1. Conceitos. Disponível em: << <http://www.cienciasnuvens.com.br/site/wp-content/uploads/2013/07/Enciclopedia-Intercom-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o.pdf>>>. Acesso em 10 jul. 2015.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. **Veja os vídeos sobre a Roda de Conversa do 35º Prêmio Vladimir Herzog**. Disponível em << <http://vladimirherzog.org/roda-de-conversa-36o-premio-vladimir-herzog/> >>. Acesso em: 13 jul. 2015.

NUNES, A. **Meu relato sobre a Roda de conversa**. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <analuisagomes@obore.com> em: segunda-feira, 3 de novembro de 2014, às 22:36.

OBORÉ, UNESCO. **Direitos Humanos na Mídia Comunitária: a cidadania vivida no nosso dia a dia**. São Paulo: OBORÉ, 2009. Disponível em: << [http://www.obore.com.br/cms-conteudo/59\\_Serie\\_Direitos\\_Humanos\\_na\\_Midia\\_Comunitaria\\_-\\_a\\_cidadania\\_vivida\\_no\\_nosso\\_dia\\_a\\_dia\\_.asp](http://www.obore.com.br/cms-conteudo/59_Serie_Direitos_Humanos_na_Midia_Comunitaria_-_a_cidadania_vivida_no_nosso_dia_a_dia_.asp) >>. Acesso em: 08 jul. 2015.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: << <http://www.dudh.org.br/declaracao/>>>. Acesso em 10 jul. 2015.

QUIROGA, A.P.F. **A roda girou** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <analuisagomes@obore.com> em segunda-feira, 3 de novembro de 2014, às 11:55.

ROSA, J.G. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SERNA, M. Buenas prácticas del e-portafolio y e-rúbrica. In: **El prácticum: buenas prácticas en el Espacio Europeo de Educación Superior**. Org: SBUECEDO, C. ; RIVAS R. e ABELLÀS, P. Tórculo Edicións: Universidade de Vigo, 2007, pp. 67-86.

TV CULTURA. **Roda de Conversa – 36º Prêmio Vladimir Herzog 2014**. Disponível em << <https://www.youtube.com/watch?v=gZQMOx2IWL4> >>. Acesso em: 13 jul. 2015.

TV PUC. **Roda de Conversa com os ganhadores do 34º prêmio Vladimir Herzog**. Disponível em << <https://www.youtube.com/watch?v=URkXpSrTIMg> >>. Acesso em : 13 jul. 2015.

## Sites

hppt://www.jovemjornalista.org.br

http://www.obore.com

http://www.premiovladimirherzog.org.br

http://www.vladimirherzog.org